SUMÁRIO

Abreviaturas XXXI

PARTE I

A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Capítulo 1 – A Evolução da Proteção Social no Brasil 3
1.1 As primeiras regras de proteção 4
1.2 Da Lei Eloy Chaves ao Sinpas: evolução da proteção até 1988 4
1.3 A Constituição de 1988 e a Seguridade Social 7
1.4 A criação do INSS e as primeiras reformas 9
1.5 A Emenda Constitucional n. 20, de 1998 10
1.6 O Fator Previdenciário 11
1.7 As Emendas Constitucionais n.os 41 e 47 12
1.8 A Emenda Constitucional n. 103, de 2019 12

Capítulo 2 – Princípios do Direito Previdenciário 15
2.1 Princípios gerais de Direito Previdenciário 16
2.1.1 Princípio da solidariedade 16
2.1.2 Princípio da vedação do retrocesso social 16
2.1.3 Princípio da proteção ao segurado 17
2.1.4 Princípio da proteção da confiança 17
2.2 Princípios constitucionais da Seguridade Social 18
2.2.1 Universalidade da cobertura e do atendimento 19
2.2.2 Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais 20
2.2.3 Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços 20
2.2.4 Irredutibilidade do valor dos benefícios 21
2.2.5 Equidade na forma de participação no custeio 21
2.2.6 Diversidade da base de financiamento 21
2.2.7 Caráter democrático e descentralizado da administração 22

2.3 Princípios específicos de custeio 22
2.3.1 Universalidade da participação no custeio 23
2.3.2 Do orçamento diferenciado 23
2.3.3 Da precedência da fonte de custeio 24
2.3.4 Da compulsoriedade da contribuição 25
2.3.5 Da anterioridade tributária em matéria de contribuições sociais 25
2.4 Princípios específicos de Previdência Social 26
2.4.1 Da filiação obrigatória 26
2.4.2 Do caráter contributivo 26
2.4.3 Do equilíbrio financeiro e atuarial 27
2.4.4 Da garantia do benefício mínimo 27
2.4.5 Da correção monetária dos salários de contribuição 28
2.4.6 Da preservação do valor real dos benefícios 28
2.4.7 Da facultatividade da previdência complementar 29
2.4.8 Da indisponibilidade dos direitos dos beneficiários 29

Capítulo 3 – Aplicação das Normas de Direito Previdenciário 31
3.1 Antinomias e critérios de solução 32
3.2 Lacunas do ordenamento e sua solução 32
3.3 Interpretação das normas 34
3.4 Vigência e eficácia das normas no tempo 35
3.5 Vigência e eficácia das normas no espaço 37

Capítulo 4 – A Organização da Seguridade Social 45
4.1 Sistema Nacional de Seguridade Social 45
4.2 Instituto Nacional do Seguro Social – INSS 45
4.3 Gestão descentralizada 46
4.4 Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS 47
4.5 Conselhos de Previdência Social – CPS 47
4.6 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS 48
4.7 Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC 49
4.8 Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS 50
4.9 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF 51

Capítulo 5 – Modelos e Regimes de Previdência 53
5.1 Tipos de sistemas 53
5.1.1 Sistemas contributivos e não contributivos 53
5.1.2 Sistemas contributivos de repartição e capitalização 54
5.1.3 Sistemas privados de previdência 54
5.2 Demais regimes previdenciários existentes no Brasil 55

5.2.1 Regimes próprios de previdência de ocupantes de cargos efetivos e vitalícios (RPPS) 56
5.2.2 Regime Previdenciário Complementar 57
5.2.3 Regime dos Militares das Forças Armadas 61

PARTE II

O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 1 – O Regime Geral de Previdência Social 67

Capítulo 2 – Beneficiários do RGPS: Segurados e Dependentes 69
2.1 Segurados 69
2.1.1 Segurados obrigatórios 70
2.1.2 Segurados facultativos 77
2.1.3 A menoridade e a filiação como segurado 79
2.1.4 Aposentado que retorna à atividade 80
2.2 Dependentes 81

Capítulo 3 – Filiação e Inscrição 95

Capítulo 4 – Tempo de Contribuição para Fins Previdenciários 101
4.1 Prova do tempo de contribuição 108
4.2 Reconhecimento do tempo de contribuição e respectiva indenização 112
4.3 Atividade rurícola e o regime de economia familiar 115
4.4 Tempo como aluno-aprendiz 123
4.5 Efeitos das decisões da Justiça do Trabalho para cômputo junto ao INSS 124
4.6 Contagem recíproca do tempo de contribuição 129
4.6.1 Requerimento de Certidão de Tempo de Contribuição – CTC 133
4.7 Justificação administrativa 133

Capítulo 5 – Manutenção e Perda da Qualidade de Segurado 137
5.1 Tabela para verificação da manutenção da qualidade de segurado (período de graça legal) de acordo com as datas de recolhimentos vigentes 145

Capítulo 6 – Períodos de Carência 147
6.1 Tabela de carência exigida até 2011 160
6.2 Regras de contagem de carência de acordo com a forma de filiação 161

Capítulo 7 – Concessão da Prestação Previdenciária 165
7.1 Suspensão e cancelamento de benefícios 169
7.2 Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade – PRBI 172

7.3 Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade 175
7.4 Abono anual 176
Quadro-Resumo – Abono anual 176

PARTE III

A POSTULAÇÃO NA VIA ADMINISTRATIVA

Capítulo 1 – Processo Administrativo Previdenciário 181
1.1 Da necessidade do processo administrativo 181
1.2 Preceitos e princípios do processo administrativo 181
1.3 Instrução do processo administrativo previdenciário e o sigilo de dados do requerente 184
1.4 Do direito ao melhor benefício 185
1.5 Das fases do processo administrativo 186
1.6 O requerimento administrativo e o sistema "meu INSS" 187
1.6.1 Das formas de agendamento/requerimento administrativo no INSS 191
1.6.2 Da titularidade para o requerimento administrativo no INSS 192
1.6.3 Da representação por advogado nos processos administrativos 193
1.6.4 Da proteção a pessoa com deficiência no requerimento administrativo 193
1.7 Requerimento de cancelamento do benefício 194
1.8 Requerimento de cópia integral do processo administrativo 194
1.9 Pedido de restituição ou compensação de contribuições pagas a maior 195
1.10 Da formalização do processo administrativo previdenciário 198
1.11 Das comunicações aos interessados 199
1.12 Dos meios de prova no processo administrativo 201
1.12.1 Provas documentais (ou materiais) 201
1.12.2 Prova testemunhal 207
1.12.3 Prova pericial 208
1.13 Justificação Administrativa (JA) 211
1.13.1 Justificação Administrativa para comprovação de tempo especial 215
1.13.2 Justificação Administrativa para exclusão de dependentes 215
1.13.3 Recurso em Justificação Administrativa 216
1.14 Da carta de exigência 216
1.15 Pesquisa externa 219
1.16 Reafirmação da Data de Entrada do Requerimento (DER) 219
1.17 Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) 220

1.17.1 Pedido de atualização dos dados do CNIS 223
1.18 Decisão administrativa 229

Capítulo 2 – Recursos no Âmbito Administrativo 231
2.1 Regras gerais relativas aos recursos no âmbito do CRPS 234
2.2 Juntas de Recursos (1.ª Instância Recursal) 237
2.2.1 Recurso ordinário para a Junta de Recursos 238
2.3 Recurso especial às Câmaras de Julgamento – CAJ (2.ª Instância Recursal) ... 242
2.4 Recursos ao Pleno do CRPS 243
2.4.1 Pedido de uniformização de jurisprudência no âmbito administrativo 243
2.4.1.1 Pedido de uniformização de jurisprudência em tese 243
2.4.1.2 Pedido de uniformização de jurisprudência em matéria de direito 245
2.4.2 Reclamação ao Conselho Pleno 246

Capítulo 3 – Prazos e Intimações no Âmbito Administrativo 247
3.1 Dos prazos 247
3.2 Intimações no âmbito administrativo 248

Capítulo 4 – Incidentes Processuais no Âmbito Administrativo 251
4.1 Embargos de declaração 251
4.2 Pedido de correção de erro material 252
4.3 Revisão de ofício 253
4.4 Conflitos de competência 253
4.5 Reclamação por não cumprimento da decisão 254
Fluxograma do processo administrativo 256

PARTE IV

A POSTULAÇÃO NA VIA JUDICIAL – REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIASOCIAL – RGPS

Capítulo 1 – Concessão de Aposentadorias Programáveis 265
1.1 Aposentadoria programada 272
1.1.1 Beneficiários e DIB da Aposentadoria Programada Urbana 272
1.1.2 Renda Mensal Inicial da Aposentadoria Programada 273
1.2 Aposentadoria por tempo de contribuição (antiga aposentadoria por tempo de serviço) 273
1.2.1 Beneficiários 276
1.2.2 Período de carência 278

1.2.3 Data de início do benefício da aposentadoria por tempo de contribuição 279
1.2.4 Renda mensal inicial 280
1.2.5 Regras de transição da aposentadoria por tempo de contribuição vigentes – EC n. 103/2019 282
1.2.6 Aposentadoria programada do professor 286
1.2.6.1 A aposentadoria do professor e a aplicação do fator previdenciário 288
1.2.7 Regras de transição da aposentadoria dos professores 290
1.2.7.1 Transição 1: sistema de pontos 290
1.2.7.2 Transição 2: tempo de contribuição + idade mínima 291
1.2.7.3 Transição 3: pedágio de 100% do tempo faltante 292
1.2.8 Principais demandas relacionadas à aposentadoria por tempo de contribuição 293
Quadro-Resumo – Aposentadoria por tempo de contribuição (regra válida para quem cumpriu os requisitos até a publicação da EC n. 103/2019) 294
1.3 Aposentadoria por idade 296
1.3.1 Regra de transição em relação à aposentadoria por idade – EC n. 103/2019 298
1.3.1.1 Aposentadoria por idade do trabalhador rural 299
1.3.1.2 Aposentadoria programada "mista" ou "híbrida" 303
1.3.1.3 A Reforma da Previdência (EC n. 103/2019) e a aposentadoria programada híbrida 305
1.3.2 Período de carência 306
1.3.3 Data de início do benefício 306
1.3.4 Renda mensal inicial 307
1.3.5 Principais demandas relacionadas à aposentadoria e por idade do trabalhador rural 308
1.3.6 Sugestão de questionário para ações de concessão de benefício rural 308
1.3.7 Documentos e dados a serem solicitados para o segurado nas ações que envolvam trabalho rural 309
Quadro-Resumo – Aposentadoria por idade 311
1.4 Aposentadoria especial 313
1.4.1 Segurados abrangidos pela aposentadoria especial 314
1.4.2 A fixação de idade mínima para a aposentadoria especial pela EC n. 103 314
1.4.3 Formas de enquadramento do tempo especial 315
1.4.4 Efeitos do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) 317
1.4.5 Beneficiários 321
1.4.6 Período de carência 322

1.4.7 Data de início do benefício 322
1.4.8 Renda mensal inicial 323
1.4.9 Conversão do tempo especial 324
1.4.9.1 A EC n. 103/2019 e a vedação da conversão do tempo especial em comum 326
1.4.9.2 Fator de Conversão do Tempo Especial em Tempo Comum 328
1.4.10 Trabalho de forma permanente, não ocasional nem intermitente .. 328
1.4.11 Agentes nocivos 330
1.4.12 Atividades perigosas e penosas 331
1.4.13 Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo ruído 332
1.4.14 Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo frio 335
1.4.15 Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo calor 336
1.4.16 Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo eletricidade e atividades perigosas previstas na CLT 337
1.4.17 Motoristas de ônibus, caminhão e afins: atividade penosa 340
1.4.18 Enquadramento de atividade especial exercida por vigilantes, vigias ou seguranças 340
1.4.19 Comprovação do exercício de atividade especial 341
1.4.19.1 Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) 347
1.4.19.2 Tabela de enquadramento legislativo do período de atividade especial 348
1.4.20 EC n. 103/2019 e as regras de transição para a aposentadoria especial 348
Quadro-Resumo – Aposentadoria especial 349
1.5 Aposentadoria aos segurados com deficiência 354
1.5.1 A regulamentação da aposentadoria da pessoa com deficiência ... 354
1.5.2 Beneficiários 358
1.5.3 Período de carência 358
1.5.4 Renda mensal inicial 358
1.5.5 Data de início do benefício 359
1.5.6 Principais demandas relacionadas à aposentadoria da pessoa com deficiência 360
Quadro-Resumo – Aposentadoria aos segurados com deficiência 360
1.6 Aposentadoria dos segurados de baixa renda 362
1.7 Desaposentação 363
1.8 Reaposentação com base em novo implemento de requisitos 364

Capítulo 2 – Concessão e Restabelecimento de Benefícios por Incapacidade Laboral 367
2.1 Auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) 367
2.1.1 Requerimento do benefício 368
2.1.2 Beneficiários do auxílio por incapacidade temporária de origem acidentária 369
2.1.3 Distinção entre o benefício acidentário e o não acidentário 369
2.1.4 Recebimento de auxílio por incapacidade temporária em caso de atividades concomitantes 370
2.1.5 Processamento de benefício e concessão *ex officio* 371
2.1.6 Destaques sobre a concessão do benefício 371
2.1.7 A vedação ao recebimento de benefício por incapacidade ao recluso 372
2.1.8 Perícia médica nos benefícios por incapacidade 372
2.1.9 Período de carência 379
2.1.10 As Medidas Provisórias n. 739 e n. 767: questões ligadas ao direito intertemporal 381
2.1.11 Data de início do benefício 383
2.1.11.1 A data de início do benefício concedido judicialmente 384
2.1.12 Renda mensal inicial 386
2.1.12.1 Tabela de cálculo e coeficiente do auxílio-doença/por incapacidade temporária 388
2.1.13 Processo de reabilitação 389
2.1.14 Cessação do benefício 390
2.1.15 Sistema "Data Certa", pedido de prorrogação e pedido de reconsideração 391
2.1.15.1 Pedido de prorrogação 392
2.1.16 Situação trabalhista e problemas ligados ao "limbo" jurídico 397
2.1.17 Benefício da Lei Maria da Penha 399
2.1.18 A Covid-19 e o nexo de causalidade com o trabalho 400
2.1.19 A Covid-19 e as situações de afastamento do trabalho 403
2.1.20 Principais demandas relacionadas ao auxílio por incapacidade temporária 405
Quadro-Resumo – Auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) 406
2.2 Aposentadoria por Incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez) 407
2.2.1 Período de carência 410
2.2.1.1 Cômputo de períodos de benefícios por incapacidade para carência 411
2.2.2 Data de início do benefício 412
2.2.3 Renda mensal inicial 414

2.2.3.1 Tabela de cálculo e coeficiente da aposentadoria por invalidez/incapacidade permanente 416
2.2.4 Recuperação da capacidade de trabalho 417
2.2.4.1 Gráfico demonstrativo da parcela de recuperação (retorno à atividade) 419
2.2.5 Transformação da aposentadoria por incapacidade em aposentadoria por idade 420
2.2.6 Principais demandas relacionadas à aposentadoria por incapacidade permanente (invalidez) 421
Quadro-Resumo – Aposentadoria por incapacidade permanente 422
2.3 Auxílio-acidente 424
2.3.1 Requisitos para concessão do auxílio-acidente 424
2.3.2 Beneficiários 426
2.3.3 Período de carência 426
2.3.4 Data de início do benefício 427
2.3.5 Renda mensal inicial 428
2.3.6 Suspensão e cessação do benefício 429
2.3.7 Principais demandas relacionadas ao auxílio-acidente 430
Quadro-Resumo – Auxílio-acidente 431
2.4 Pontos destacados sobre acidente do trabalho e doenças ocupacionais 432
2.4.1 Proteção acidentária no período pós-Constituição de 1988 433
2.4.2 Conceito de acidente do trabalho 433
2.4.3 Doenças ocupacionais 435
2.4.4 Nexo causal e concausalidade 437
2.4.4.1 A perícia para fins de averiguação da causalidade/concausalidade 438
2.4.4.2 A presunção de nexo causal – Nexo técnico epidemiológico 439
2.4.5 Aspectos da proteção previdenciária à vítima de acidente 442
2.4.6 A comunicação do acidente de trabalho 442
2.4.7 Responsabilidade civil do empregador pelo acidente do trabalho 444
2.4.7.1 Com fundamento na responsabilidade subjetiva do empregador 444
2.4.7.2 Com fundamento na responsabilidade objetiva do empregador 445
2.4.7.3 A teoria do risco social – Cobertura pela previdência social 445
2.4.7.4 Responsabilidade penal 445
2.4.7.5 Sanções administrativas 445
2.4.8 Direito à indenização por acidente de trabalho e outros direitos decorrentes 445

2.4.9 Ação regressiva acidentária 457
2.5 Principais aspectos das ações de benefícios por incapacidade 459
2.5.1 A prova pericial nas ações que envolvem a incapacidade laborativa 464
2.5.2 Fundamentos para a perícia médica judicial previdenciária 467
2.5.3 Da elaboração dos quesitos à produção do laudo pericial 467
2.5.4 Exemplos de quesitos para perícia médica (ação previdenciária) 472
2.5.5 Observações importantes sobre a perícia 473
2.5.6 Perícia complexa ou biopsicossocial 474
2.5.7 Dos honorários periciais 477

Capítulo 3 – Concessão de Benefício Assistencial ao Idoso e ao Deficiente – LOAS 479
3.1 Benefício de Prestação Continuada ao Idoso e ao Deficiente – LOAS 479
3.1.1 Requisitos legais para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) 479
3.1.2 Deficiência para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) 481
3.1.3 Requisito econômico para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) 483
3.1.4 Beneficiários 486
3.1.5 Data de início do benefício 486
3.1.6 Cancelamento 487
3.1.7 Acumulação com outros benefícios 488
Quadro-Resumo – Benefício de prestação continuada da assistência social 489
3.2 Benefício assistencial ao trabalhador portuário avulso 491
3.3 Auxílio-inclusão aos portadores de deficiência 492
3.4 Principais demandas relacionadas a esses benefícios 494
3.5 Auxílio emergencial 494
3.5.1 Critérios de elegibilidade do Auxílio Emergencial da Lei n. 13.982/2020 495
3.5.2 Critérios de elegibilidade do Auxílio Emergencial Residual da MP n. 1.000/2020 496
3.5.3 Critérios de elegibilidade do Auxílio Emergencial 2021 497
3.5.4 Operacionalização e pagamento do Auxílio Emergencial 497
3.5.5 Demandas judiciais: legitimidade e competência 498

Capítulo 4 – Concessão de Benefícios de Proteção à Família e à Maternidade 499
4.1 Pensão por morte 499
4.1.1 Requisitos para a concessão do benefício 499
4.1.2 Pensão provisória em caso de morte presumida 501

4.1.3 Direito à pensão quando o segurado estiver inadimplente com a Previdência ... 502
4.1.4 Habilitação de beneficiários ... 504
4.1.5 Pensão ao dependente viúvo do sexo masculino ... 507
4.1.6 Existência simultânea de dependentes cônjuges, ex-cônjuges e companheiros ... 508
4.1.7 Comprovação da união estável e homoafetiva ... 510
4.1.8 A Lei n. 13.135/2015 e a limitação do acesso ao benefício ... 511
4.1.9 Direito à pensão do menor sob guarda ... 512
4.1.9.1 EC 103/2019 e o menor sob guarda ... 513
4.1.10 Direito à pensão do filho ou irmão inválido ... 513
4.1.10.1 Dependente universitário – Pensionamento até os 24 anos ... 514
4.1.11 Pensão em favor dos pais ... 514
4.1.12 A revogação da dependência de pessoas designadas ... 515
4.1.13 Período de carência ... 515
4.1.14 Data de início do benefício ... 515
4.1.15 Renda mensal inicial ... 517
4.1.16 A EC n. 103/2019: novas regras de cálculo e de divisão de cotas ... 519
4.1.17 Revisão do valor da pensão – legitimidade: STJ Repetitivo n. 1.057 ... 521
4.1.18 Cessação do benefício ... 522
4.1.19 Suspensão do pagamento da pensão por morte ... 525
4.1.20 Perda do direito à pensão por morte ... 525
4.1.21 Pensão por morte decorrente de acidente de trabalho ... 525
4.1.22 Despensão ... 526
Quadro-Resumo – Pensão por morte ... 526
4.2 Auxílio-reclusão ... 531
4.2.1 Beneficiários e os critérios de baixa renda ... 532
4.2.2 Novas regras fixadas pela Lei n. 13.746/2019 ... 534
4.2.3 Concessão do auxílio-reclusão para dependentes de segurados que superem o critério da baixa renda ... 535
4.2.4 Período de carência ... 536
4.2.5 Data de início do benefício ... 537
4.2.6 Renda mensal inicial ... 537
4.2.7 Cessação e suspensão do benefício ... 538
4.2.8 Principais demandas relacionadas à pensão e ao auxílio-reclusão ... 539
Quadro-Resumo – Auxílio-reclusão ... 539
4.3 Salário-maternidade ... 542
4.3.1 Beneficiários do salário-maternidade ... 543
4.3.2 Natureza jurídica do salário-maternidade ... 544

4.3.3 Outros critérios de concessão do salário-maternidade 544
4.3.4 Período de carência 545
4.3.5 Duração do salário-maternidade 546
4.3.6 Prorrogação do salário-maternidade por mais sessenta dias 549
4.3.7 Prazo para requerimento do salário-maternidade 549
4.3.8 Renda mensal inicial 550
4.3.9 Cessação do benefício 552
4.3.10 Extensão do salário-maternidade em caso de adoção 552
4.3.11 Principais demandas relacionadas ao salário-maternidade 553
Quadro-Resumo – Salário-maternidade 554
4.4 Salário-família 556
4.4.1 Beneficiários e o critério das quotas do salário-família 557
4.4.2 Período de carência 558
4.4.3 Data de início do benefício 558
4.4.4 Renda mensal inicial 558
4.4.5 Perda do direito 558
4.4.6 Principais demandas relacionadas ao salário-família 559
Quadro-Resumo – Salário-família 559

Capítulo 5 – Regras Gerais sobre Acumulação e Cálculo dos Benefícios e Ações Revisionais 561
5.1 Acumulação de benefícios 561
5.2 Cálculo do valor dos benefícios 568
5.2.1 Definições iniciais para o cálculo dos benefícios: salário de contribuição, salário de benefício, período básico de cálculo, coeficiente de cálculo e renda mensal inicial 568
5.2.1.1 Atividades concomitantes 575
5.2.1.2 Fórmula de cálculo do salário de benefício da Lei n. 9.876/99 até a véspera da vigência da EC n. 103/2019 577
5.2.1.3 Período básico de cálculo 578
5.2.2 Fator previdenciário 579
5.2.2.1 Fórmula de cálculo do fator previdenciário 581
5.2.2.2 Afastamento da incidência do fator previdenciário com base na fórmula 85/95 progressiva 582
5.2.2.2.1 Fator previdenciário em relação aos professores 583
5.3 Tabela resumida com a forma de cálculo dos salários de benefício após a Lei n. 9.876/1999 e até a vigência da EC n. 103/2019 584
5.4 Renda mensal inicial 585
5.4.1 Tabela de coeficiente de cálculo dos benefícios desde 1979 até o advento da EC n. 103/2019 588

5.5 Valor-limite dos benefícios 589
5.6 Reajustamento e revisão do valor dos benefícios 589
5.6.1 Ampliação do período básico de cálculo do salário de benefício – "Tese de uma vida toda" 591
5.6.2 Não incidência do fator previdenciário nas aposentadorias por tempo de contribuição concedidas com base nas regras de transição da EC n. 20/1998 593
5.6.3 Revisão com base na concessão do benefício mais vantajoso – Tese do "melhor benefício" 594

Capítulo 6 – Ações sobre a Aplicação do Limite Máximo de Benefício (Teto) ... 597
6.1 Valor-limite dos benefícios previdenciários (teto) 597
6.2 Ação para aplicação dos tetos trazidos pelas Emendas Constitucionais n. 20/1998 e n. 41/2003 nos benefícios concedidos anteriormente 598
6.3 "Buraco negro" 600
6.4 "Buraco verde" e primeiro reajustamento com o incremento legal 603
6.5 Tabela de tetos desde 1982 604

Capítulo 7 – Benefícios Extintos e Teses Superadas 607
7.1 Benefícios extintos 607
7.1.1 Renda mensal vitalícia 607
7.1.2 Auxílio-natalidade 608
7.1.3 Auxílio-funeral 608
7.1.4 Pecúlio 609
7.1.5 Abono de permanência em serviço 609
7.1.6 Aposentadorias diferenciadas 610
7.2 Majoração do coeficiente de cálculo da pensão por morte 611
7.3 Demais revisões decorrentes da Lei n. 9.032/1995 612
7.4 Reajustamento dos benefícios pelos índices integrais do IGP-DI nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003 612
7.5 Conversão dos benefícios em URV 613
7.6 Reajustes quadrimestrais – IRSM – Leis ns. 8.542/1992 e 8.700/1993 613
7.7 Expurgos inflacionários de janeiro/1989, março/abril/maio/1990 e fevereiro/1991 614
7.8 Súmula n. 260 do Tribunal Federal de Recursos 614
7.9 Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias .. 615
7.10 Atualização monetária dos doze últimos salários de contribuição para os benefícios concedidos anteriormente à Constituição de 1988 616
7.11 Manutenção do valor real dos benefícios mediante a equivalência do valor dos benefícios em números de salários mínimos 616
7.12 Valor mínimo dos benefícios 617

7.13 Gratificação natalina de 1988/1989 617
7.14 URP de fevereiro de 1989 617
7.15 Reajuste de setembro de 1991 – Abono da Lei n. 8.178/1991 618
7.16 Reajustes pelo salário mínimo de referência 618
7.17 Autoaplicabilidade do art. 202, *caput*, da Constituição Federal de 1988 618
7.18 Renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença 619
7.19 Revisão com inclusão do 13.º salário e do adicional de férias na base de cálculo do salário de benefício 619
7.20 Índices de correção dos salários de contribuição (ORTN-OTN) 621
7.21 Aplicação do IRSM de fevereiro de 1994 622
7.22 Desaposentação e reaposentação 623
7.23 Apuração da RMI do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez: art. 29, II, da Lei n. 8.213, de 1991 624
7.24 Inclusão do adicional de 25% ao aposentado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa 626

Capítulo 8 – Aspectos Processuais 627
8.1 Ações previdenciárias 627
8.1.1 Competência para as ações previdenciárias 629
8.1.1.1 Prestações comuns previdenciárias 629
8.1.1.2 Competência federal delegada 630
8.1.1.3 Ações acidentárias 632
8.1.1.4 Causas referentes a benefício assistencial 633
8.1.1.5 Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar 634
8.1.1.6 Aplicação da Lei dos JEFs em caso de delegação de competência 636
8.2 Prévio requerimento na via administrativa 636
8.2.1 Prazos para concessão, revisão e implatação de benefícios (STF – RE 1.171.152/SC) 639
8.3 Atraso processual causado pelo retorno à via administrativa 641
8.4 Juizados Especiais Federais 642
8.4.1 Competência dos JEFs 643
8.4.2 Valor da causa 644
8.4.3 Renúncia 645
8.4.4 Legitimidade 647
8.4.5 Sentença líquida 648
8.4.6 Cumprimento de sentença nos JEFs 649
8.4.7 Nulidades 651

8.4.8 Custas e honorários advocatícios 651
8.5 Gratuidade da Justiça 654

Capítulo 9 – Prescrição e Decadência 659
9.1 Prescrição do direito às prestações 659
9.2 A Lei n. 13.846/2019 e a violação aos direitos do pensionista menor, incapaz ou ausente 663
9.3 Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário 664
9.3.1 Evolução legislativa 664
9.3.2 Da aplicação do instituto da decadência no Direito Previdenciário brasileiro 666
9.3.3 Da decadência no caso das ações para contagem ou averbação de tempo de contribuição 668
9.3.4 Prazo para revisão de benefício antecedente em caso de pensão por morte 669
9.3.5 Da possibilidade de interrupção do prazo decadencial para revisão do ato de concessão nos casos de requerimento administrativo 670
9.3.5.1 Da definição de causa interruptiva de prazo prescricional ou decadencial e da possibilidade de sua criação expressa por lei 671
9.3.6 Hipóteses de aplicação do prazo de decadência na via administrativa 673
9.3.7 Prazo decadencial para o INSS rever seus atos 674
9.3.8 Conclusões sobre os institutos da prescrição e da decadência 677

Capítulo 10 – Execução de Sentença e Pagamentos dos Valores Devidos pelo INSS 679
10.1 Evolução legislativa 679
10.2 Atualização dos valores pagos em atraso 682
10.3 Requisição de Pequeno Valor (RPV) 684
10.4 Pagamento por precatório 688
10.5 Pagamento de honorários contratuais e sucumbenciais 689
10.6 Preferência no pagamento de requisições (RPV ou precatório) 690
10.7 Do saque e levantamento dos depósitos (RPVs e precatórios) 691
10.8 Retenção de Imposto de Renda em saque de requisição (RPV ou precatório) 692
10.9 Complemento positivo 694
10.10 Período entre a data da elaboração da conta e da inscrição do precatório – juros de mora e correção monetária 695
10.11 Coisa julgada previdenciária 696
10.12 Execução do julgado 702
10.13 Intangibilidade dos valores pagos ao autor da demanda previdenciária 704
10.14 Devolução de benefícios previdenciários recebidos por força de tutela provisória posteriormente revogada 708

Capítulo 11 – Recursos no Procedimento Comum e nos Juizados Especiais Federais 711
11.1 Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais e recursos de sua competência 711
11.1.1 Recurso de medida cautelar ou tutela provisória (agravo) 715
Quadro-Resumo – Recurso de medida cautelar ou tutela provisória (agravo) 715
11.1.2 Aspectos destacados do recurso da sentença (recurso inominado) 716
Quadro-Resumo – Recurso contra sentença (recurso inominado) 718
11.1.3 Mandado de segurança nos Juizados Especiais Federais 719
Quadro-Resumo – Mandado de segurança 720
11.2 Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais e recursos de sua competência 721
11.2.1 Aspectos destacados do Incidente Regional de Uniformização de Jurisprudência 721
Quadro-Resumo – Incidente Regional de Uniformização de Jurisprudência 723
11.3 Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais – TNU 725
11.3.1 Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais 727
11.3.2 Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (PEDILEF) para a Turma Nacional de Uniformização dos JEFs – TNU 728
Quadro-Resumo – Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (PUIL) 734
11.3.3 Agravo interno/regimental nas turmas 738
Quadro-Resumo – Agravo interno/regimental 739
11.3.4 Agravo nos próprios autos em face da decisão de inadmissão do Pedido de Uniformização Regional ou Nacional 739
11.3.5 Agravo interno em face da decisão de inadmissibilidade do Pedido de Uniformização Regional ou Nacional 740
11.3.6 Reclamação 742
11.4 Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (Puil) dirigido ao STJ 743
11.4.1 Aspectos destacados do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL) para o STJ 744
Quadro-Resumo – Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL) dirigido ao STJ 745
11.5 Recurso Extraordinário (RE) no rito dos Juizados Especiais Federais 746
11.5.1 Aspectos destacados do recurso extraordinário 748
Quadro-Resumo – Recurso extraordinário 750
11.6 Destaques processuais e recursais dos JEFs 751
11.7 O CPC/2015 e seus reflexos nos Juizados Especiais Federais 754
11.8 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) 763
11.9 Apelação 767

11.9.1 Da tramitação da apelação nos tribunais 770
Quadro-Resumo – Apelação 772
11.10 Reexame necessário 773
11.11 Recurso especial 774
Quadro-Resumo – Recurso especial 780
11.12 Recurso extraordinário no procedimento comum 782

PARTE V

A POSTULAÇÃO NA VIA JUDICIAL – REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

Capítulo 1 – Aspectos Gerais dos Regimes Próprios 789

Capítulo 2 – A Emenda Constitucional n. 103, de 2019 791
2.1 A EC n. 103/2019 e a superposição de regras de transição 791
2.2 A EC n. 103/2019 e a violação ao princípio da segurança jurídica 793
2.3 Teoria do adimplemento substancial do "contrato social previdenciário" ... 793

Capítulo 3 – Custeio dos Regimes Próprios 795
3.1 Disposições sobre custeio dos RPPS contidas na EC n. 103 795
3.2 Contribuições no RPPS da União 798

Capítulo 4 – Regras de Aposentadoria dos Regimes Próprios 801
4.1 Os critérios de cálculo de aposentadorias 805
4.2 Cálculo dos proventos no RPPS da União (art. 26 da EC n. 103, de 2019) 806
4.3 Questões sobre a limitação do valor dos proventos 808
4.4 Acumulação de proventos com outros rendimentos decorrentes de cargo, emprego ou função pública 809

Capítulo 5 – Benefícios dos RPPS 813
5.1 Aposentadoria por incapacidade permanente 813
Quadros-resumo – Regras de Aposentadoria por incapacidade permanente 814
5.2 Aposentadoria compulsória por idade 815
5.3 Aposentadorias voluntárias 818
5.3.1 Regras aplicáveis aos RPPS dos Estados, Distrito Federal e Municípios que não efetuaram a Reforma da Previdência 821
5.4 Aposentadoria por idade 821
Quadro-Resumo – Regras sobre aposentadoria voluntária exclusivamente por idade 822
5.4.1 Aposentadoria voluntária "por idade e tempo de contribuição" 824

5.4.2 Regras de transição para a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição 826
Resumo – Aposentadorias voluntárias por idade e tempo de contribuição (anteriores à EC 103/2019) 831
Quadro-Resumo – Regras vigentes, até que lei local disponha em contrário, para servidores estaduais, distritais e municipais: aposentadoria voluntária por idade mais tempo de contribuição 831
5.5 Aposentadorias especiais nos regimes próprios 837
Quadro-Resumo – Regras sobre aposentadoria especial nos RPPS dos entes federados subnacionais (que não realizaram a reforma da previdência)..... 842
5.6 Tempo de contribuição nos regimes próprios..... 845
5.6.1 Contagem recíproca de tempo de contribuição 846
5.6.2 Contagens fictícias 848
5.7 Prazo prescricional para ação de concessão ou revisional de aposentadoria nos RPPS..... 849

Capítulo 6 – Pensão por Morte nos Regimes Próprios 851
6.1 Cálculo e reajustamento da pensão 851
6.2 Pensão nos RPPS em geral (exceto o da União e dos entes federativos que promoveram a Reforma da Previdência)..... 852
6.3 Regras de acumulação de pensão por morte com outros benefícios..... 853
6.4 Rol de beneficiários e rateio da pensão (exceto para o RPPS da União)... 855
6.5 Perda e cessação do direito à pensão 859

Capítulo 7 – O Regime Próprio da União 865
7.1 A aposentadoria voluntária no RPPS da União – Regra geral..... 866
7.2 Cálculo dos proventos de aposentadoria com base nas regras transitórias da Emenda n. 103, de 2019 866
7.3 Reajustamento dos benefícios do RPPS da União 868
7.4 Regra geral transitória de aposentadoria voluntária no RPPS da União..... 868
7.5 Regra transitória – Aposentadoria voluntária dos professores federais 868
Quadro – Aposentadorias no RPPS da União – Regra transitória geral e dos professores..... 869
7.6 Aposentadoria dos policiais, agentes penitenciários e socioeducativos do âmbito federal 869
Quadro – Aposentadoria dos policiais e demais atividades de risco – RPPS da União (ambos os sexos)..... 870
7.7 Regra transitória – Aposentadoria especial (exposição a agentes nocivos) no âmbito da união 870
Quadro – Regra transitória – Aposentadoria por exposição a agente nocivo no RPPS da União 871
7.8 Aposentadoria do servidor portador de deficiência no RPPS da União..... 871

7.9 As atuais regras de transição para os servidores federais 872
7.10 Regra de transição – Servidores federais em geral 873
7.11 Regras de transição para professores de instituições federais 876
7.12 Regra de transição para aposentadoria de servidores federais expostos a agentes nocivos 877
7.13 Regras de transição para os policiais, agentes penitenciários e socioeducativos 878

Capítulo 8 – Pensão por Morte no RPPS da União 881
8.1 Critério de cálculo da pensão no âmbito da União – Regra geral 883
8.2 Duração do pagamento da pensão a cada dependente 884
8.3 Alteração da regulamentação infraconstitucional 885
8.4 A questão do auxílio-reclusão no RPPS da União 886
8.5 Efeitos práticos das alterações – nas pensões por morte – RPPS da União 886

PARTE VI

MODELOS DE REQUERIMENTOS, PETIÇÕES E RECURSOS

Sumário 891

Bibliografia 1295

ANEXOS

Anexo 1 – Súmulas e enunciados de interesse em matéria previdenciária 1303

Anexo 2 – Informações complementares sobre contribuições e benefícios previdenciários 1327